

# Governo prevê que em 1986 o PIB cresce 6%

**Brasília** — O Orçamento da União, encaminhado ontem ao Congresso pelo Presidente José Sarney, define as linhas básicas para a economia brasileira em 1986, estabelecendo um crescimento de 6% para o Produto Interno Bruto (PIB), inflação de 140%, incremento no produto industrial de 6% e exportações globais de 27 bilhões 500 milhões de dólares. O saldo na balança comercial está calculado em 12 bilhões 500 milhões de dólares.

A mensagem presidencial, acompanhada de uma minuciosa exposição de motivos do Ministro do Planejamento, João Sayad, fixa também as projeções básicas para a economia brasileira em 1985. A inflação está estimada em 200%, abaixo do número obtido em 1984 (223,8%) e o crescimento do PIB em 5%. As exportações ficarão em 25 bilhões 600 milhões de dólares e as importações em 13 bilhões 600 milhões.

## Os números do orçamento

A receita da União para o exercício de 1986 está estimada em Cr\$ 656 trilhões 100 bilhões, sendo que deste total Cr\$ 29 trilhões 500 bilhões constituem receitas próprias das entidades da administração direta. A receita tributária foi fixada em Cr\$ 305 trilhões 200 bilhões, com destaque para o Imposto de Renda, que vai participar com 55% do total da arrecadação de tributos prevista para 86. Espera-se arrecadar um total de Cr\$ 168 trilhões 800 bilhões com o Impostos de Renda.

Com o IPI deve-se recolher Cr\$ 63 trilhões 500 bilhões. Nos impostos sobre o comércio exterior, as vendas externas de café, cacau e suco de laranja responderão por quase 90% da receita do imposto sobre a exportação, devendo atingir a um total de Cr\$ 14 trilhões 50 bilhões.

A proposta orçamentária enviada ao Legislativo já incorpora os gastos públicos de natureza não-reembolsável (subsídios) que "vinham sendo incluídos no orçamento monetário, dando-se um grande passo no sentido do preceito constitucional", segundo as explicações do Ministro Sayad. Assinala ele que "essa proposta não é, ainda, a solução completa e acabada, pois que esta depende dos trabalhos da Comissão de Reordenamento Financeiro do Governo Federal, já instituída".

Sendo assim, a proposta orçamentária incorpora gastos de Cr\$ 235 trilhões 500 bilhões das autoridades monetárias, para aquisição de produtos agropecuários, subsídios aos programas oficiais de crédito e os encargos da dívida pública, que permaneciam fora do Orçamento da União. Em consequência, evidencia-se uma necessidade de financiamento de Cr\$ 195 trilhões do setor público.

O Executivo, dessa forma, acrescenta o Ministro, terá condições de propor, no tempo adequado, medidas de contenção dos gastos públicos, de redução dos subsídios diretos e indiretos e de aumento da receita tributária, "inclusive pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação".

Na exposição de motivos, o Ministro Sayad destaca que o compromisso com a prioridade social materializar-se-á mediante a destinação preferencial de recursos. Dessa forma, "a educação recebeu destaque especial". A emenda constitucional Nº 24, de 1983, destina 13% da

receita líquida de todos os impostos arrecadados pela União para a educação, num total de Cr\$ 28 trilhões, dos quais Cr\$ 27 trilhões 500 bilhões serão aplicados através do Ministério da Educação e entidades supervisionadas.

Os recursos para as ações de saúde terão um incremento real de 50,7% em relação ao exercício de 1985, destacando-se o saneamento básico no meio rural e os seguintes subprogramas: controle de doenças transmissíveis, alimentação e nutrição, entre outros itens. A recuperação da malha rodoviária também está adequadamente atendida, segundo o Ministro do Planejamento. Os recursos para este segmento terão incremento de 92%, em termos reais. A área de ciência e tecnologia também foi considerada prioritária, com um crescimento real de 34,4%.

O alto grau de comprometimento do orçamento com pessoal e com a amortização e os encargos da dívida pública "reduz sensivelmente a capacidade do Governo de investir, reconhece o Ministro. As despesas com pessoal, em 1986, estão previstas em Cr\$ 96 trilhões 900 bilhões. As amortizações e os encargos da dívida pública (interna e externa) deverão atingir a Cr\$ 202 trilhões 300 bilhões, dos quais Cr\$ 42 trilhões 400 bilhões para amortizações e Cr\$ 159 trilhões 900 bilhões para os encargos. O montante necessário para honrar os compromissos com a dívida representa mais de 32% do total da despesa orçamentária, o que se constitui em importante restrição financeira, conclui o Ministro Sayad.

## PRINCIPAIS INDICADORES DO ORÇAMENTO

	1984	1985	1986
	(variação dez a dez)		
IGP	223,8	200,0	140,0
PIB	4,3	5,0	6,0
Indústria	6,0	5,0	6,0
	(US\$ bilhões)		
Export	27,0	25,6	27,5
Import	13,9	13,6	15,0